

Belo Horizonte (MG), 30 de junho de 2020.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:


1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

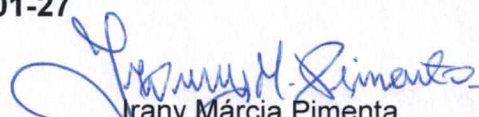
Data Base:	12/2015
Documentos:	(X) Balanço Patrimonial (X) Demonstração das Sobras ou Perdas (X) Demonstração dos Fluxos de Caixa (X) Notas Explicativas (X) Relatório de Auditoria Independente (X) Relatório da Administração (X) Parecer do Conselho Fiscal (X) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Data publicação:	16/03/2016 – Jornal O TEMPO
Sítio eletrônico publicação:	www.sicoobcentralcecemge.com.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Central das CEC do Estado de MG Ltda – Sicoob Central Cecemge
CNPJ: 00.309.024/0001-27


Samuel Flam
Diretor Financeiro


Irany Márcia Pimenta
Contador /CRCMG – 048377/O-4

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

O SICOOB CENTRAL CECREMGE tem como objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE apresentou o seguinte resultado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valores
Resultado apurado p/ A.G.O./2016	R\$ 6.443.771,77

3. Carteira de Crédito

As Operações de Crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE totalizaram R\$ 119.579.857,90 no exercício de 2015, onde 100,00% destas operações pertenciam à modalidade de "Empréstimos".

Os Dez Maiores Devedores demandaram 81,65% (ou R\$ 90.881.799,79) das Operações de Crédito realizadas até 31/12/2015. Sua Carteira de Crédito possui 40 (quarenta) operações ativas nesta mesma data-base, sendo subdividida em 22(vinte e dois) tomadores (cooperativas singulares).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 2.892.587.415,41 em dezembro/2015, apresentaram uma evolução em relação ao ano anterior de 25,93% (ou R\$ 595.524.931,46), sendo distribuídas da seguinte maneira:

Rubrica	Dez 2015	Dez 2014
Depósitos a Vista (Depósitos Vinculados)	0,00	0,00
Depósitos a Prazo	134.808.789,16	64.393.418,31
Centralização Financeira	2.757.778.626,25	2.232.669.065,64
Total	2.892.587.415,41	2.297.062.483,95

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECREMGE era de R\$ 119.579.867,77. O quadro de associados era composto por 71 cooperativas, havendo a redução de duas associadas em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem às filiais definir e assegurar a execução dos objetivos da Central, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE tem na assembléia geral, que é a reunião de todas as filiais, o poder maior de decisão.

A gestão do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo Conselho de Administração.

Os balanços do SICOOB CENTRAL CECREMGE são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Central adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e aprovado pelo Conselho de Administração desta Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar as filiais e à sociedade em geral à transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, com mandato até a AGO de 2016 o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE, bem como validar seus balançetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes do quadro funcional do SICOOB CENTRAL CECREMGE

aderiram, em fevereiro de 2011, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética, proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Central, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com as nossas filiais e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

11. Gerenciamento de Risco

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que depois de identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. Risco de mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada no em relatório disponível no site www.sicoob.com.br. No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

c. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito, do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br. Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das opera-

ções, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

e. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em Janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- Melhorar o posicionamento no mercado; e
- Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte, 19 de Fevereiro de 2016.

Assinatura dos Membros do Conselho de Administração e Diretoria

DIRETORIA EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ 2016:

LUIZ GONZAGA VIANA LAGE

Diretor Presidente

RAMIRO RODRIGUES DE ÁVILA JÚNIOR

Vice Presidente do Conselho

SAMUEL FLAM

Diretor Comercial e Financeiro e Conselheiro

MÁRCIO OLÍVIO VILLEFORT PEREIRA

Diretor Administrativo e de Desenvolvimento e Conselheiro

ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA MELO

Diretor de Supervisão e Controle e Conselheiro

CONSELHO FISCAL COM MANDATO ATÉ 2016:

AMANDO PRATES

Efetivo

JOÃO CARLOS LEITE

Efetivo

SILMON VILELA CARVALHO JUNQUEIRA

Efetivo

MAURÍCIO MAFRA

Suplente

TAITSON RODRIGUES MELO BESSAS

Suplente

ZÉLIA MARIA ALVES RABELO

Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM MANDATO ATÉ 2016:

ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA MELO

CÉSAR AUGUSTO MATTOS

CHARLES DRAKE GUIMARÃES GONÇALVES

CRISTIANO FELIX DOS SANTOS SILVA

DARCY DA SILVA NEIVA FILHO

HELIO ALVES DE REZENDE

JACSON GUERRA ARAÚJO

LUIZ GONZAGA VIANA LAGE

MÁRCIO OLÍVIO VILLEFORT PEREIRA

NELSON SOARES DE MELO

RAMIRO RODRIGUES DE ÁVILA JÚNIOR

RONALDO SIQUEIRA SANTOS

SAMUEL FLAM

URIAS GERALDO DE SOUSA

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ÁREA CONTÁBIL:

IRANY MARCIA PIMENTA

Contadora - CRCMG nº: 048377/O-4

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS

(Em milhares de Reais)

	Segundo semestre/2015	31/12/2015	31/12/2014
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO			
FINANCEIRA	190.722	334.709	216.352
Rendas de Operações de Crédito	4.517	7.970	5.425
Resultado de títulos e valores mobiliários ...	67.931	113.119	66.088
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	118.273	213.620	144.839
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO			
FINANCEIRA	(185.794)	(325.518)	(209.964)
Operações de Captação	(6.837)	(10.676)	(7.182)
Empréstimos, Cessões e Repasses	(0)	(0)	(3)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos .	(179.336)	(315.714)	(202.817)
Reversão (Provisão) para crédito de liquidação duvidosa	379	872	38
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
4.928	9.191	6.388	
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS			
2.713	4.168	595	
Receita de Prestação de Serviços	2	22	1
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.233	8.757	5.354
Despesas de Pessoal	(5.236)	(10.305)	(9.312)
Outras Despesas Administrativas	(2.179)	(4.516)	(4.750)
Despesas Tributárias	(39)	(80)	(68)
Outras receitas operacionais	5.014	10.428	9.472
Outras Despesas Operacionais	(81)	(137)	(102)
RESULTADO OPERACIONAL	7.641	13.358	6.982
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(234)	(235)	18
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
7.406	13.124	7.000	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
(1)	(5)	(30)	
PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS NO RESULTADO			
(364)	(364)	-	
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL			
7.042	12.754	6.970	
JUROS AO CAPITAL	-	-	-
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO ...	7.042	12.754	6.970

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua...

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
ATIVO	1.617.142	1.272.023	PASSIVO	2.928.429	2.321.365
Circulante	4	3	Circulante	134.809	64.393
Disponibilidades	1.281.729	1.134.569	Depósitos a Prazo	134.809	64.393
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	236.647	74.176	Relações Interfinanceiras	2.757.779	2.232.669
Títulos e Valores Mobiliários	97.230	62.180	Outras Obrigações	35.842	24.303
Operações de Crédito	1.375	1.063	Sociais e Estatutárias	2.457	1.162
Outros Créditos	159	32	Fiscais e Previdenciárias	357	498
Outros Valores e Bens	1.353.062	1.095.587	Diversas	33.028	22.643
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	360.884	434.063			
Títulos e Valores Mobiliários	976.387	651.226	Realizável a Longo Prazo	2.529	2.407
Operações de Crédito	13.252	7.881	Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas	2.529	2.407
Outros Créditos	2.539	2.417			
Permanente	103.352	88.554	Patrimônio Líquido	142.598	132.391
Investimentos	96.924	81.015	Capital Social	117.774	112.181
Imobilizado de Uso	3.962	5.210	Reservas de Lucros	18.380	13.923
Intangível	2.466	2.329	Sobras Acumuladas	6.444	6.287
TOTAL	3.073.556	2.456.163	TOTAL	3.073.556	2.456.163

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Expansão	Lucros a Realizar	Sobras/Perdas (acumuladas)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	75.679	2.698	-	8.516	5.266	92.160
Integralização de Capital	36.502	-	-	-	36.502	73.004
Distribuição de Sobras em C/C	-	-	-	-	(2.298)	(2.298)
Constituição Reserva de Expansão	-	-	2.968	-	(2.968)	-
Reversão da Reserva de Expansão	-	-	(2.968)	-	2.968	-
Reversão da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	(3.151)	3.151	-
Transferência do Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	-	5.383	(5.383)	-
Constituição do FATES do exercício	-	-	-	-	(942)	(942)
Constituição Reserva Legal	-	476	-	-	(476)	-
Sobras do período	-	-	-	-	6.970	6.970
Saldos em 31 de dezembro de 2014	112.181	3.174	-	10.749	6.288	132.391
Mutações do Exercício	36.502	-	476	2.232	1.022	40.232
Saldos em 31 de dezembro de 2014	112.181	3.174	-	10.749	6.288	132.391
Integralização de Capital	5.594	-	-	-	5.594	11.188
Distribuição de Sobras em C/C	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Distribuição de Sobras para o FATES	-	-	-	-	(1.287)	(

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTOD INDIRETO (Em milhares de Reais)			
	2º semestre	2015	2014
		exercício	exercício
Atividades Operacionais			
Sobras dos Exercícios	7.042	12.754	6.970
Provisão/Reversão p/ Operações de Crédito	10	(477)	(76)
Depreciações e Amortizações	808	1.570	1.354
(Aumento) redução em ativos operacionais	(418.419)	(602.117)	(634.151)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.205	(73.981)	(434.596)
Títulos e Valores Mobiliários	(380.572)	(487.632)	(194.542)
Operações de Crédito	(57.148)	(39.944)	(4.869)
Outros Créditos	67	(434)	(145)
Outros Valores e Bens	28	(126)	0
Aumento (redução) em passivos operacionais	423.177	607.186	590.317
Depósitos à Vista	-	-	(2.038)
Depósitos a Prazo	57.763	70.415	(10.430)
Outras Obrigações	5.994	11.661	20.988
Relações Interfinanceiras	359.420	525.110	581.797
Caixa Líquido (Aplicado)/Originado em Atividades Operacionais	12.618	18.916	(35.586)
Atividades de Investimentos (Aumento)/ Redução			
Investimento	(11.289)	(15.909)	(28.007)
Imobilizado	(40)	(321)	(3.487)
Intangível	333	(137)	661
Caixa Líquido (Aplicado)/Originado em Investimentos	(10.996)	(16.368)	(30.833)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	232	5.594	36.501
Distribuição de Sobras em C/C	-	(5.000)	(2.298)
FATES - Distribuição	(1.854)	(3.141)	(942)
Caixa Líquido (Aplicado)/Originado em Investimentos	(1.632)	(2.547)	33.261
Aumento Líquido das Disponibilidades	(0)	1	(33.159)
Modificações em Disponibilidades Líquidas			
No Início do Período	4	3	33.162
No Fim do Período	4	4	3
Varição Líquida das Disponibilidades	(0)	1	(33.159)
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)				
1. Contexto operacional				
A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma entidade cooperativista, domiciliada em Belo Horizonte, que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. O endereço registrado do escritório da instituição é Av. do Contorno, 4.924 - 1º, 2º, 3º, 5º e 6º andares - Bairro Funcionários - BH/MG. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, cabe à instituição: difundir e fomentar o cooperativismo de crédito; orientar a organização de novas cooperativas singulares e a reorganização das existentes; orientar a aplicação dos recursos captados em consonância com as normas regulamentares do Banco Central do Brasil; buscar fonte alternativa de recursos para fomentar as atividades creditícias das cooperativas associadas; promover treinamento de membros de órgãos estatutários cooperados e funcionários das cooperativas associadas; prestar, às cooperativas singulares associadas, orientações creditícia, gerencial, administrativa, jurídica, de informática, financeira; representar as cooperativas singulares associadas nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Banco Cooperativo do Brasil S/A, Sicoob Confederação ou quaisquer outras instituições públicas ou privadas; praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições, inclusive financeiras; aplicar os recursos captados no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos. As despesas administrativas e operacionais da instituição são custeadas pelas filiais. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) utilização de parte das receitas obtidas dos recursos próprios da Central; (ii) rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiais, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiais. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiais. A instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a totalidade das operações ativas estavam concentradas naquela instituição financeira. O BANCOOB, entre outros serviços, proporciona ao Sicoob Central Ceeremge o uso da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis. Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiais.				
2. Apresentação das demonstrações financeiras da Central				
As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e as Normas e Instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) no que for aplicável, bem como são apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 29/01/2016, mediante emissão do Parecer a ser publicado. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:				
• CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;				
• CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;				
• CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;				
• CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;				
• CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;				
• CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11 (em vigor a partir de 1º janeiro de 2012);				
• CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e				
• CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09.				
Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos Contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses Pronunciamentos nas Demonstrações Financeiras da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE.				
3. Principais práticas contábeis adotadas				
a. Apuração do resultado				
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis.				
b. Estimativas contábeis				
Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.				
c. Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data de contratação, cujo fato não se aplica neste semestre. O caixa e equivalentes de caixa compreendem:				
Caixa e saldos em bancos	31/12/2015	31/12/2014		
Total	4	3		

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários				
São registradas ao custo da aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, constituindo-se, quando aplicável, provisão para ajuste ao valor de mercado.				
Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:				
• Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de sobras ou perdas;				
• Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários reconhecidos pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de sobras ou perdas, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.				
• Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período (Notas Explicativas nº 4 e nº 5). A política de investimentos da Instituição classifica suas operações em conformidade com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada a classificação no reconhecimento inicial.				
e. Operações de crédito				
Referem-se a operações realizadas exclusivamente com as cooperativas filiadas envolvendo captação e aplicação de recursos. Nesta intermediação são praticadas taxas de juros compatíveis às atividades da Central.				
f. Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito				
Estas provisões foram constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento, a liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para tais operações, as quais estabelecem nove níveis de risco, de 'AA', risco mínimo, a 'H', risco máximo.				
g. Investimentos				
Representados substancialmente por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos avaliados pelo método de custo (Nota Explicativa nº 08).				
h. Imobilizado de uso				
Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens (Nota Explicativa nº 09).				
i. Intangível				
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20% (Nota Explicativa nº 10).				
j. Ativos contingentes				
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.				
k. Relações interfinanceiras - Centralização financeira				
Registradas pelo montante dos recursos das filiais (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço.				
l. Obrigações por empréstimos e repasses				
Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.				
m. Demais ativos e passivos				
Registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço. Os ativos são apresentados pelo valor líquido de realização.				

6. Operações de crédito							
a. Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento							
Descrição	31/12/2015		31/12/2014				
	Realizável		Realizável				
	Longo Prazo		Total				
	Circulante		Circulante				
Empréstimos	97.868	13.439	111.308	63.257	8.107		
Provisão para operações de crédito	(639)	(187)	(826)	(1.077)	(1.303)		
	97.229	13.252	110.482	62.180	7.804		
b. Composição por nível de risco e situação de vencimento							
Nível de risco	Vencendas		31/12/2015				
	Provisão %		31/12/2014				
	A		B				
	C		D				
A	0,5	91.386	3.813				
B	1	11.423	37.106				
C	3	8.499	30.445				
D	10	-	-				
E	30	-	-				
F	50	-	-				
G	70	-	-				
H	100	-	-				
Circulante		97.869	63.257				
Realizável a Longo Prazo		13.439	8.107				
c. Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco							
Descrição	31/12/2015		31/12/2014				
	Níveis de risco		31/12/2015				
	A		B				
	C		D				
Empréstimos	91.386	11.423	8.499	-	111.308		
Total	91.386	11.423	8.499	-	111.308		
31/12/2014							
Descrição	Níveis de risco		31/12/2015				
	A		B				
	C		D				
	Total		Total				
Empréstimos	3.813	37.106	30.445	-	71.364		
Total	3.813	37.106	30.445	-	71.364		
d. Composição por tipo de operação e situação de vencimento							
Descrição	Vencendas		31/12/2015				
	31/12/2015		31/12/2014				
	Empréstimos		111.308				
	Total		71.364				
Descrição	Vencendas (dias) - 31/12/2015		31/12/2014				
	Até 30		91 a				
	31 a 60		181 a				
	61 a 90		360				
Empréstimos	5.253	8.587	12.185	40.377	13.440		
Total					111.308		
Descrição	Vencendas (dias) - 31/12/2014		31/12/2015				
	Até 30		91 a				
	31 a 60		181 a				
	61 a 90		360				
Empréstimos	9.980	12.051	9.367	25.333	6.526		
Total					8.107		

8. Investimentos					
O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.					
Movimentação	31/12/2015		31/12/2014		
	Sicoob		Sicoob Administradora e Controladora de Seguros Ltda (*)		
	Confederação				
Saldos em 31 dezembro de 2014	Bancoob	Confedbrás	Confederação	CNAC	Total
Subscrição/Aquisição	55.715	-	25.272	15	81.015
Integralizações a Realizar	11.467	-	944	-	12.411
Devolução de Cotas	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	8.756	-	-	-	8.756
Dividendos recebidos	(4.724)	-	-	-	(4.724)
Dividendos propostos	(300)	-	-	-	(300)
Ganhos/Perda de capital	(234)	-	-	-	(234)
Saldos em 31 dezembro de 2015	70.680	-	26.216	15	96.911
31/12/2014					
Movimentação	Sicoob		Sicoob Administradora e Controladora de Seguros Ltda (*)		
	Bancoob		Confederação		
	Confedbrás				
Saldos em 31 dezembro de 2013	Bancoob	Confedbrás	Confederação	CNAC	Total
Subscrição/Aquisição	40.586	2	12.392	15	53.005
Integralizações a Realizar	12.953	-	13.455	-	26.408
Devolução de Cotas	-	-	(575)	-	(575)
Equivalência patrimonial	5.354	-	-	-	5.354
Dividendos recebidos	(2.986)	-	-	-	(2.986)
Dividendos propostos	(217)	-	-	-	(217)
Ganhos/Perda de capital	25	-	-	-	25
Saldos em 31 dezembro de 2014	55.715	-	25.272	15	81.015

n. Provisões				
São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.				
n. Passivos contingentes				
São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance de perda remota não são divulgadas.				
p. Obrigações legais				
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Central tem por direito.				
q. Segregação entre circulante e realizável a longo prazo				
Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no realizável a longo prazo.				
r. Valor de recuperação de ativos - Impairment				
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, menos perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. A Cooperativa revisa o valor contábil dos ativos com o objetivo de determinar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e medir a perda no valor recuperável.				
4. Aplicações interfinanceiras de liquidez				
a. Composição por tipo de aplicação				
Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Realizável		Realizável	
	Longo Prazo		Total	
	Circulante		Circulante	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.801	18.801	18.801	18.801
Notas do Tesouro Nacional - NTN	101.148	-	101.148	101.148
Debêntures	-	-	162.712	162.712
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	1.522.664	1.381.405	1.522.664	1.381.405
Total	1.642.613	1.568.632	1.642.613	1.568.632
Curto Prazo	1.281.729	1.134.569	1.281.729	1.134.569
Longo Prazo	360.884	434.063	360.884	434.063
b. Composição por tipo de aplicação e situação de prazo				
Descrição	2015		2014	
	Até 90		Até 90	
	91 a 360		91 a 360	
	Acima de 360		Acima de 360	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	18.801	18.801
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	101.148	101.148
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	1.116.137	953.613	1.116.137	953.613
Total	1.116.137	953.613	1.116.137	953.613
2014				
Descrição	2015		2014	
	Até 90		Até 90	
	91 a 360		91 a 360	
	Acima de 360		Acima de 360	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.498	-	5.017	22.515
Debêntures	-	-	162.712	162.712
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	1.755.115	1.316.316	1.755.115	1.316.316
Total	1.772.613	1.316.316	1.772.613	1.316.316
Curto prazo	236.647	74.176	236.647	74.176
Longo prazo	976.387	651.226	976.387	651.226

5. Títulos e valores mobiliários				
a. Composição por tipo de aplicação				
Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Realizável		Realizável	
	Longo Prazo		Total	
	Circulante		Circulante	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	349.162	-	349.162	-
Cotas de Fundo de Ações	82	-	82	-
Cotas de Fundo Renda Fixa	1.087	-	1.087	-
Bancoob Centralização FI - RF - CP	60.839	74.176	60.839	74.176
Carteira Administrada	194.088	170.939	194.088	170.939
Coopimutuo FIM - Crédito Privado	607.776	480.180	607.776	480.180
Total	1.213.833	725.402	1.213.833	725.402
Curto prazo	236.647	74.176	236.647	74.176
Longo prazo	976.387	651.226	976.387	651.226

e. Concentração de crédito no total de R\$ 111.061 mil em 2015 (R\$71.364 mil em 2014)				
Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor		Valor	
	% do total		% do total	
	Total		Total	
Maior devedor	14.318	12,86	15.049	21,09
10 maiores devedores	90.882	81,65	61.486	86,16
20 maiores devedores	111.061	100	71.364	99,86
7. Outros ativos				
Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante		Circulante	
	Longo Prazo		Longo Prazo	
	Total		Total	
Dividendos a Receber do Bancoob ...	191	-	132	-
Adiant. e Antecipações Salariais (a) ...	14	-	6	-
Adiant. Pagamentos Nossa Conta (b) ...	129	-	-	-
Devedores Compra de Valores e Bens (c)	50	-	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	2.539	-	2.417
Títulos e Créditos a Receber (e)	165	-	165	-
Devedores Diversos - País (f)	860	-	771	-
(c) Provisão para Outros Créditos	(33)	-	(31)	-
Material em estoque (g)	5	-	2	-
Despesas antecipadas (h)	153	-	30	-
Total	1.534	2.539	1.095	2.417
(a) Adiantamentos e Antecipações Salariais - referem-se a adiantamento de férias;				
(b) Adiantamento para Pagamentos de Nossa Conta - referem-se a adiantamentos de viagem, férias e encargos pagos a serem baixados nos sistema RM Labore, no mês subsequente;				
(c) Devedores por Compra de Valores e Bens - venda de equipamentos de informática (fortigates), às cooperativas filiadas;				
(d) Devedores por Depósitos				

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge

8. Investimentos (continuação...)

Descrição

Quantidade de ações/cotas possuídas das investidas:

31/12/2015

31/12/2014

% de participação no capital social das investidas:

31/12/2015

31/12/2014

Patrimônio líquido nas investidas em:

31/12/2015

31/12/2014

Valor do investimento em:

31/12/2015

31/12/2014

Valor da equivalência patrimonial contabilizada:

31/12/2015

31/12/2014

Equivalência patrimonial Coligadas e controladas Bancoob

34.382

28.315

6,9072%

7,1044%

1.022.715

780.918

70.680

55.715

8.756

5.354

A Administração da Central utilizou balancete preliminar para o cálculo e contabilização da equivalência patrimonial do Banco, antes do encerramento da auditoria daquela instituição, entretanto, não apresenta divergência relevante em relação aos números das demonstrações contábeis. Durante o exercício de 2015, a Instituição adquiriu ações/quotas das coligadas e controladas, conforme quadro abaixo: Quadro demonstrativo de aquisição de ações e quotas:

BANCOOB

Quantidade de ações

Ações ON

Ações PN

Total

Saldos em 31 de dezembro de 2014

21.845.220

6.469.375

28.314.595

Maior

2.127.676

630.250

2.757.926

Novembro

3.309.218

-

3.309.218

Saldos em 31 de dezembro de 2015

27.282.114

7.099.625

34.381.739

Os investimentos nas empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação e Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC) são avaliados pelo método de custo.

9. Imobilizado de uso

O quadro abaixo apresenta um sumário das movimentações financeiras do imobilizado de uso.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Aquisição

Alienação / Baixas

Depreciação

Transferência

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Imobilizações em Curso

539

132

-

-

(671)

-

Imóveis de Uso

3.104

-

-

(111)

-

2.993

Instalações, Móveis e Equip. de Uso

236

13

(3)

(46)

-

201

Outros

1.332

10

(574)

(107)

107

768

Total

5.210

155

(574)

(264)

(564)

3.962

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2013

Aquisição

Alienação / Baixas

Depreciação

Transferência

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Imobilizações em Curso

53

2.867

-

-

(2.381)

539

Imóveis de Uso

1.621

1.538

-

(55)

-

3.104

Instalações, Móveis e Equip. de Uso

237

51

-

(56)

4

236

Outros

1.167

9

-

(341)

497

1.332

Total

3.077

4.465

-

(452)

(1.880)

5.210

10. Intangível

O quadro abaixo apresenta um sumário da movimentação do intangível:

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro

Aquisição

Baixa

Amortização

Transferência

Saldo em 31 de dezembro

2015

2.328

635

(101)

(941)

544

2.466

2014

2.989

76

-

(902)

165

2.329

Sistema de Processamento de Dados

2015

2014

2.328

2.989

635

76

(101)

-

(941)

(902)

544

165

2.466

2.329

11. Depósitos

O grupo é composto pelas seguintes rubricas:

Descrição

Depósitos a Prazo

Total

31/12/2015

134.809

134.809

31/12/2014

64.393

64.393

Concentração dos Depósitos a Prazo em 2015 no total de R\$ 134.809 mil (em 2014 - R\$ 64.393):

Descrição

Maior depositante

10 maiores depositantes

20 maiores depositantes

31/12/2015

39.340

56.781

106.754

31/12/2014

29,18

42,12

79,00

% do total

29,18

42,12

79,00

12. Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Descrição

Centralização Financeira

31/12/2015

2.757.779

31/12/2014

2.232.669

Registro contábil das transferências das sobras de caixa das cooperativas filiadas, decorrentes do ato cooperativo denominado centralização financeira.

Descrição

Maior depositante

10 maiores depositantes

20 maiores depositantes

31/12/2015

993.359

1.732.502

2.199.907

31/12/2014

838.416

1.470.907

1.814.079

% do total

36,02

62,82

79,77

% do total

37,55%

65,88%

81,25%

13. Outras obrigações

Descrição

Sociais e estatutárias:

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social ..

Cotas de capital a pagar

2015

2.335

122

2.457

2014

1.040

122

1.162

Fiscais e previdenciárias:

Impostos e contribuições a recolher

357

357

498

498

Diversas:

Obrigações por aquisição de bens e direitos

Provisão para pagamentos a efetuar

Credores diversos no País

24

823

31.653

24

823

21.796

Circulante

33.028

35.842

24.303

24.303

14. Passivos contingentes

2015

2014

Provisão para contingências

Depósitos judiciais

Trabalhistas (a)

Fiscais (b)

Circulante

Longo Prazo

25

2.504

-

2.529

35

2.504

-

2.539

25

2.382

-

2.407

35

2.382

-

2.417

(a) Ação Reclamatória Trabalhista intentada por Alex Lima Rocha em face do Sicoob Central Cecremge, conforme processo 00852-2009-015-03-00-6 que tramita na 15ª Vara do Trabalho da Capital (MG).

(b) Ação judicial do COFINS, conforme processo 200038000188327. Além do itens mencionados acima, há uma ação considerada como perda possível. Trata-se do Auto N° 0024.06.245.534-0 - Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada cumulada com Indenização - R\$ 94.678,75.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

É representado pelas integralizações de 71 cooperativas filiadas em 31 de dezembro de 2015. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b. Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de atividades da Central.

c. Reservas de Lucros a Realizar

Refere-se à transferência do resultado positivo/negativo da Equivalência Patrimonial do Bancoob S/A, por se tratar de ato não cooperativo, não realizado. As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à Instrução do BACEN, por meio da Carta-Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

16. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição

Recuperação de encargos e despesas

Outras rendas operacionais (a)

Outras despesas operacionais (b)

Total

2015

58

10.370

(137)

10.291

2014

62

9.410

(102)

9.370

(a) Refere-se em sua maior parte à taxa de manutenção paga pelas cooperativas filiadas, descontos obtidos de fornecedores, encargos sobre reserva compulsória de liquidez.

(b) Refere-se, em sua maioria, à atualização monetária da provisão do depósito judicial da COFINS.

17. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data, quando aplicável. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. As aplicações interfinanceiras da Instituição são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão concentradas basicamente em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro, debêntures, notas do tesouro nacional e letras do tesouro nacional. Estas condições são garantidas a partir da manutenção de uma adequada estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.

A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante os semestres findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

18. Seguros contratados

A Central adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

19. Transações com partes relacionadas

Descrição

Remuneração do Conselho de Administração

Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2012, foi aprovado que os honorários da diretoria e as cédulas de presença dos conselheiros teriam correção pelo IPCA apurado ao final de cada exercício.

12-2015

1.274

1.199

12-2014

1.272

1.199

Transação

Ativos

Receitas/Despesas

12/2015

12/2014

12/2015

12/2014

Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob):

Depósitos bancários

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Títulos e valores mobiliários

Carteira Administrada

4

1.642.613

349.162

194.088

3

1.568.632

-

170.939

-

213.620

10.647

24.756

-

124.753

6

6.739

Bancoob Distrib. de Tit.e Val.Mob. Ltda:

Cotas de Fundo de Ações

Bancoob Centralização FLRF-CP

Coopmútuo FIM - Crédito Privado

Rio Fundo de Investimento - RF

82

60.839

607.776

1.087

101

74.176

480.186

-

(20)

4.919

72.691

87

(11)

3.221

56.100

-

O SICOOB CENTRAL CECREMGE não possui nenhuma operação ativa ou passiva com a Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC).

O SICOOB CENTRAL CECREMGE remunera os serviços prestados pelo Sicoob Confederação em função da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

Descrição

Sicoob Confederação

20-2014

714

12-2014

563

20. Índice da Basiléia

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basiléia de 17,07% em 31 de dezembro de 2015 e de 14,55% em 31 de dezembro de 2014.

21. Estrutura de gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que depois de identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Na mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito, do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

c. Risco de Mercado e liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada no relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

d. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta Central, adotou em janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

• Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;

• Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;

• Melhorar o posicionamento no mercado; e

• Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados

e. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge, através dos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões mensais de verificação, realizadas durante o exercício de 2015, conforme estabelecido o Estatuto Social, tendo manifestado e proposto medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias, após examinados os procedimentos contábeis dos documentos que compõem as contas de encerramento do exercício de 2015 - o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro 2015 a Demonstração de Resultados e as demais contas do Exercício findo de 2015, declara que os mesmos refletem o resultado das operações realizadas. Pelo que se apresentam, os membros deste Conselho Fiscal são de parecer que as contas do exercício de 2015 devem ser aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de março de 2016.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS LEITE

Conselheiro

AMANDO PRATES

Conselheiro

SILMON VILELA CARVALHO JUNQUEIRA

Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem ressalva

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte - MG, 26 de fevereiro de 2016.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER

Contador Responsável

CRC MG 077.699/O

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

d. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta Central, adotou em janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- Melhorar o posicionamento no mercado; e
- Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados

e. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge, através dos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões mensais de verificação, realizadas durante o exercício de 2015, conforme estabelece o Estatuto Social, tendo manifestado e proposto medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias, após examinados os procedimentos contábeis dos documentos que compõem as contas de encerramento do exercício de 2015 - o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro 2015 a Demonstração de Resultados e as demais contas do Exercício findo de 2015, declara que os mesmos refletem o resultado das operações realizadas. Pelo que se apresentam, os membros deste Conselho Fiscal são de parecer que as contas do exercício de 2015 devem ser aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de março de 2016.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS LEITE

Conselheiro

AMANDO PRATES

Conselheiro

SILMON VILELA CARVALHO JUNQUEIRA

Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem ressalva

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte - MG, 26 de fevereiro de 2016.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER

Contador Responsável

CRC MG 077.699/O